

VIGIAR E PUNIR: 50 ANOS DEPOIS

Adélli Bazza*

Pedro Navarro**

Regina Baracuhy***

Em 1975, Michel Foucault publica o livro *Vigar e Punir*. Apesar de ser conhecido como um livro sobre a prisão, esta obra abrange uma discussão ampla acerca das estratégias de controle e vigilância para disciplinarização dos corpos na sociedade. O autor empreende um percurso que passa pelo exame sobre a punição na Idade Média, pela transição da punição medieval para a moderna e pela descrição da prisão como um dispositivo de controle dos corpos dos indivíduos aprisionados. A partir de uma retomada das punições físicas violentas e exemplares, na Idade Média, Foucault avança para a contemporaneidade para discutir por que a detenção é considerada uma forma de punição preferível na sociedade contemporânea.

A sociedade disciplinar, que se instaura a partir do início do século XVIII, comprehende todos os dispositivos que regulam hábitos e comportamentos, com o objetivo de assegurar a obediência às instituições disciplinares que organizam o campo social. A partir da descrição destas instituições, Foucault elenca duas importantes estratégias do poder punitivo contemporâneo: a vigilância e a disciplina. Ele descreve as técnicas de vigilância constituídas nas prisões, nas escolas e nos diversos setores da vida social para mostrar como esse exercício de poder constitui condutas e subjetividades.

A vigilância visa a constranger e a conduzir a conduta dos corpos, a fim de levá-los a serem produtivos e dóceis. Foucault (1999) destaca o panóptico de Bentham como um modelo de vigilância constante dos corpos encarcerados, mas abre a discussão para que se analise o quanto esse princípio organiza outras esferas sociais. A prisão, em particular, é um instrumento de controle social que visa a docilizar os corpos dos indivíduos de acordo com as normas e valores dominantes. O poder na sociedade disciplinar não funciona em termos de dominação/sujeição. Ele está investido nas instituições de modo capilar, suas práticas são reais, seus alvos são específico

s, seus efeitos são duradouros e a coerção se faz ininterruptamente, pois o objetivo é a disciplinarização e docilização do corpo, de modo que o encarcerado se conduza como o poder governamental espera: submisso e obediente ao sistema.

Não há, portanto, como pensar na relação que envolve o “vigiar e punir” sem uma reflexão sobre o corpo, as práticas de governamentalidade e os movimentos de contraconduta que regem o sujeito contemporâneo

Para Foucault, o poder se exerce individual e coletivamente. Ele distingue dois níveis de funcionamento do poder: “um nível disciplinar, no qual se efetua a produção e a individualização dos sujeitos; e um nível jurídico-político, cuja função é mascarar que os processos de sujeição, por natureza, são desiguais e dissimétricos.” (BERT, 2013, p. 109). É pelas disciplinas do corpo e pela regulação das populações que as práticas discursivas e não-discursivas do sujeito são reguladas, normatizadas, posto que alicerçadas em saberes que cerceiam sua liberdade. Estas duas formas de controle social incidem sobre o corpo, que se torna “uma realidade biopolítica”. (Foucault, 2009, p. 80)

As relações de poder têm alcance imediato sobre o corpo. Elas o marcam, o investem, o dirigem, o sujeitam a trabalhos. Tal investimento político do corpo está ligado à sua utilização econômica (Foucault, 1996, p. 25), pois o objetivo é torná-lo produtivo ao máximo, utilizando um sistema gradual e contínuo de aumento de suas capacidades físicas, “corpos dóceis e úteis”; mas sobretudo, este investimento está relacionado à diminuição da sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição. Por isso, estas tecnologias políticas passam a investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência” (Foucault, 2014, p. 135). Não há nada mais corporal do que o exercício do poder, pois ele penetra o corpo e é exposto por ele, se exercendo assim não apenas nas mentes, mas nos gestos e comportamentos dos sujeitos.

Nas escolas, por exemplo, a geografia de salas de aula com professores em tablados elevados e alunos sentados em carteiras enfileiradas atua para que a conversa seja evitada e a vigilância do professor seja aprimorada. Também os professores (supostos vigilantes) são alvo de vigilância por diversas outras estratégias do dispositivo, como a necessidade dos relatórios de aulas e conteúdos ministrados ou a fiscalização de aulas por outros membros da equipe de trabalho. Contemporaneamente, pode-se acrescentar a presença de câmeras em algumas

turmas, bem como o monitoramento por sistemas de informação que registram (e controlam) os acessos a plataformas, conteúdos, registro de chamada e em cada aula ministrada.

Consolida-se uma biopolítica, ou uma política de gestão da vida populacional, a fim de organizar o corpo social. O seu surgimento ocorre simultaneamente ao aparecimento de problemas ligados ao habitat, às condições de vida em uma cidade, à higiene pública. Foucault demonstra que a partir do século XVIII, a vida se tornou um objeto de poder. Instaura-se uma sociedade em que o poder da lei está integrado ao poder da norma, o que implica um sistema de vigilância e controle, em que há uma visibilidade incessante, uma classificação permanente dos indivíduos, uma hierarquização, o estabelecimento de limites e de diagnósticos. A biopolítica calcula os desvios e cria estratégias de normalização, define populações de risco, compara padrões de morbidade e cria intervenções preventivas capazes de reduzir os desvios e antecipar os riscos.

A norma se torna o critério de divisão de indivíduos e em torno dela são criadas estratégias de poder. Uma sociedade normalizadora reivindica o direito à vida, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades. O bem-estar dos indivíduos passa a ser a garantia da ordem.

O saber biomédico (que envolve a Medicina, a Psiquiatria, a Psicologia, a Psicanálise) e a noção de norma, em torno da qual o saber sobre a vida se constrói, são imprescindíveis para compreender as estratégias biopolíticas, pois permitem a articulação entre o conhecimento dito científico e as intervenções propriamente ditas, concretas.

Segundo Foucault (2014), o investimento rigoroso, metílico, constante no corpo se deu até o início do século XX. A partir dos anos 60, percebeu-se que esse poder tão rígido não era mais tão indispensável às sociedades industriais, então houve progressivamente a transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, caracterizada pela intensificação dos aparelhos de normalização em que o poder, cada vez menos localizável e mais sutil, regula elementos imateriais da sociedade, como informação, conhecimento e comunicação. Não se trata apenas do controle dos corpos, mas das mentes, das almas.

Foram aperfeiçoadas as técnicas e controle e vigilância da população que atuam quase despercebidas, de modo até mesmo naturalizado. Além de determinar

representações individuais e coletivas, a informação se consolida como moeda de troca da era digital. Com ela é possível agir sobre as instituições e os corpos sociais, pois uma vez que se detêm os dados, protegidos ou disponibilizados voluntariamente, sobretudo na internet, obtém-se o controle.

A normalização biopolítica das cidades urbanas na sociedade de controle é feita por meio de práticas de governamentalidade. Ao Estado não interessa somente governar, mas melhorar a qualidade de vida da população, fazendo com que cresça a produtividade, e desta forma, a duração da vida e da saúde de todo corpo populacional. É errôneo pensar no poder governamental apenas como uma força destrutiva, que tem como função reprimir, pois é pela positividade do poder, alicerçada em saberes produtivos e transformadores que amparam a normalização que a sociedade, que a sociedade aceita ser controlada e vigiada.

Para garantir a prosperidade econômica do Estado, é preciso haver uma população saudável e produtiva, livre de doenças e economicamente capacitada. O investimento político dos corpos no espaço urbano, portanto, está ligado à sua utilização econômica, daí o incentivo à vida lucrativa, a um corpo populacional que se sinta motivado a produzir riquezas. Disso decorre o apelo constante ao aperfeiçoamento profissional, à prática de esportes, à prevenção de doenças. Quanto mais saudável, longeva e propícia ao trabalho for a população, mais rico se torna o Estado.

Os efeitos dessa gestão disciplinar sobre os sujeitos implicam a organização dos espaços por onde os indivíduos circulam, portanto, os espaços se revestem de poder. Poder para agregar, mas também para segregar e excluir. O corpo populacional, na materialidade discursiva da cidade, surge como resultado de relações de poder complexas, difusas e assimétricas, que legitimam as práticas de regulação do Estado.

O sujeito urbano circula em um espaço urbano heterogêneo constituído por “práticas discursivas e não-discursivas, instituições, organizações arquitetônicas, das mais distintas ordens, que se interligam e funcionam em rede”. Esta rede é o que Foucault (1996, p. 146) denomina de dispositivo. O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam.

Foucault cartografa um dispositivo, tomando como base três grandes instâncias - saber, poder e subjetividade -, que não são homogêneas, nem possuem contornos definidos, mas consistem em sistemas de variáveis, que se cruzam, se articulam e funcionam em conjunto. De um ponto a outro, podemos nos deparar com elementos da ordem do imprevisível, da criação, do novo, do atual, uma vez que os objetos visíveis, as enunciaçãois formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição enunciativa, funcionam como vetores ou tensores.

Ao pensarmos em uma cartografia socio-política do espaço urbano, verificamos que os dispositivos de poder-saber, que regem as práticas cotidianas dos sujeitos, constroem aquários nos quais os sujeitos nadam como peixes que, a priori, não têm consciência dos limites de vidro que os aprisionam. Esta metáfora, criada por Veyne (2011), sintetiza a noção de dispositivo enquanto rede de relações produtora de subjetividades. Assim como os peixes vivem conforme o habitat artificialmente organizado do aquário em dado período, os sujeitos se constituem dentro de dispositivos de saber-poder, pois “o sujeito é modelado a cada época pelo dispositivo e pelos discursos do momento, pelas reações de sua liberdade individual e por suas eventuais ‘estetizações’ [...]” (Veyne, 2011, p. 178).

Deleuze comprehende o dispositivo como “máquinas de fazer ver e fazer falar (...) não são nem sujeitos nem objetos, mas regimes em que é necessário definir em função do visível e do enunciável, com suas derivações, suas transformações, suas mutações” (Deleuze, 1996, p. 83). Ainda segundo o referido autor, o dispositivo situa-se em torno das instâncias do saber, poder e a produção de subjetividades e apresenta quatro dimensões: as curvas de visibilidade, as curvas de enunciabilidade, as linhas de força e as linhas de subjetivação. Em todo dispositivo, há um jogo entre o mostrar e o ocultar, entre o que se pode dizer e o que não pode, um regime de luz “distribuindo o visível e o invisível fazendo com que nasça ou desapareça o objeto que sem ela não existe” (Deleuze, 1996, p. 83). A partir dessa relação estratégica entre o dizer e o fazer, entre o que é dito e o que está oculto e ainda das linhas de forças ou táticas do poder, somos controlados, interditados, governados.

No entanto, ressalta Deleuze (1996, p.157) que “há produções de subjetividade que escapam dos poderes e dos saberes de um dispositivo para colocar-se sob os poderes e os saberes de outro”. Estas “linhas de fuga” ensejam ao sujeito movimentos de ruptura com o que lhe é imposto pelas instituições sociais, portanto, sempre é

possível resistir, apesar das práticas de vigilância e punição. Esta possibilidade de resistência/transgressão, que se estabelece nos diversos dispositivos constituídos na sociedade contemporânea, tem se destacado no bojo de um conjunto de enunciações produzidas e postas em circulação na mídia digital. Nela ocorre uma atualização da ideia do panóptico: enquanto a arquitetura das prisões fazia com que os encarcerados fossem vistos por vigilantes que não os viam, no universo midiático alternam-se situações em que os vigilantes se mantêm anônimos e situações em que todos vigiam todos ao mesmo tempo.

No que concerne às mídias em geral, com especial atenção para o digital, destacamos, de início, dois aspectos que parecem emoldurar uma discussão sobre o tipo de vigilância e de controle exercido sobre o sujeito.

O primeiro se relaciona com o entendimento de Han (2017; 2018, p. 23) sobre o que chama de psicopolítica digital e seu investimento sobre os corpos, uma vez que haveria um movimento que caminha de uma “vigilância passiva ao controle ativo, empurrando-nos, assim, para uma nova crise da liberdade: até a vontade própria é atingida”. Se levarmos em conta o poder das tecnologias em articulação com a racionalidade neoliberal que se espalha nesse espaço midiático, o panoptismo ocorre de maneira mais sutil e flexível, e isso faz com que o sujeito que a esse poder se submete não consiga dar conta de sua submissão. O efeito sobre os processos de subjetivação é o de produzir a impressão de que o usuário dos dispositivos digitais seria livre para fazer suas escolhas.

Já o segundo aspecto tem a ver com o que observa Deleuze (1990), para quem ocorre uma passagem da sociedade de disciplinarização dos sujeitos, pelo dispositivo panóptico, para uma sociedade de controle. A articulação entre vigilância (Foucault), controle (Deleuze) e tecnologias de poder digital (Han), em termos de disciplinarização dos corpos em campos discursivos digitais e midiáticos, oferece uma compreensão sobre como o poder produz subjetividades, concomitantemente à vontade de verdade que é, também, produto desse meio.

Uma vez tratando do espaço digital, parece-nos oportuno seguir o modo como Deleuze (2017) comprehende o projeto foucaultiano sobre a prisão e o hospital: espaços de onde se operam tanto um regime de dizer quanto um regime de ver de uma época. Dos projetos de *A História da Loucura* e de *Vigiar e Punir*, ambos de Michel Foucault (1972; 1999), Deleuze destaca que o hospital e a prisão surgem como

um lugar de visibilidade da loucura e do crime. Para este autor, “o hospital geral e a prisão são meios de enclausuramento. Primariamente, são lugares de visibilidade, quer dizer, lugares de quadriculamento visual” (Deleuze, 2017, p 19). Ao mesmo tempo, a medicina e o direito penal são as práticas discursivas que produzem enunciados sobre o sujeito tido como louco ou delinquente.

Chegamos, assim, de forma muito simplificada, ao par visibilidades-enunciados que vão constituir as discursividades de dada formação histórica. O espaço digital, parece-nos, não foge a essa condição, a saber: é um lugar que joga luz sobre os sujeitos que nele são promovidos, por exemplo, a celebridades, a ativistas ou a influenciadores, e um espaço de possibilidade para a emergência e a circulação de acontecimentos discursivos de estatutos os mais diferenciados e de níveis distintos de repercussão no social.

Ainda seguindo de perto a incursão que Deleuze faz no pensamento de Michel Foucault, é preciso considerar um mecanismo discursivo operante na relação estabelecida entre o ver e o dizer de dada formação histórica. Trata-se daquilo que esse autor avalia como o primado do discursivo sobre o não discursivo e a batalha que se trava entre capturas do visível pelo enunciativo e vice-versa. Primado não quer dizer redutibilidade, mas que a respeito de um mesmo ponto de luz pode haver uma heterogeneidade discursiva, e isso se aplica bem ao espaço digital, basta lembrarmos da polêmica discursiva sobre as imagens de 8 de janeiro de 2022, logo após a posse de Luís Inácio Lula da Silva na presidência do país. Enquanto para o poder judiciário, o episódio marcou a invasão e a depredação das sedes dos três poderes em Brasília, em uma tentativa de golpe, orquestrada pelo adversário vencido, democraticamente, nas urnas, para este e seus apoiadores, eram, apenas, velhinhos com a Bíblia na mão. Sobre a batalha entre o visível e o dizível, retomando a análise de Foucault sobre o quadro *Isto não é um cachimbo*, de René Magritte, Deleuze reitera que “o que se vê não se aloja jamais no que se diz” (Deleuze, 2017 p. 28).

Uma formação histórica se define, pois, a partir do modo como organiza a repartição entre o discursivo e o não discursivo, entre seus regimes de luz e de sombra e os enunciados que participam dos processos de subjetivação, e as mídias atuam de forma muito poderosa na configuração dessa formação. Contemporaneamente, nosso arquivo audiovisual se constitui e sofre reorganizações constantes, em virtude de um “processo maquínico-procedimento enunciativo” (Deleuze, 2017, p. 26) em operação

no espaço digital, na medida em que faz ver algo que não se poderia ver sem essa máquina ótica do digital, portanto, processo maquínico. Ademais, no digital (nas mídias, como um todo) funciona um procedimento enunciativo. Assim, poder-saber que circula e produz efeitos os mais diversos, tais como: condução de condutas, governo das identidades, políticas de gênero, discursos de ódio, *fake news*, advém dessa articulação (captura, batalha) entre o ver e o dizer que, em dadas condições de possibilidade históricas, é filtrada pelo dispositivo no qual se constituem as mídias.

As teses de Foucault, em *Vigiar e Punir*, oferecem a quem se debruça sobre as mídias, uma importante compreensão sobre como, hoje, se dá o exercício de um panoptismo na vigilância digital. Sumariamente, podemos citar as redes sociais, os aplicativos e os sistemas de rastreamento (como os *cookies*), que atuam como mecanismos de uma observação constante. O monitoramento de hábitos de consumo *online* reforça a existência de um disciplinamento e de um controle sobre os corpos, ao mesmo tempo em que se efetua algo como uma vigilância descentralizada, visto que todos vigiam todos, seja pelo modo como a exposição pública recorta uma forma de visibilizar os corpos, seja pelo procedimento enunciativo no qual se configuram os likes e os comentários, estimulando, cada vez mais, a criação de um ambiente (espaço) de cancelamentos, autocensura ou conformismo.

Em termos, ainda, de disciplinamento e de normalização, vamos encontrar nos algoritmos uma espécie de tecnologia de controle, uma vez que eles têm o poder de conduzir condutas, por meio de recomendações dadas, da exclusão de determinados conteúdos e do reforço ao consumismo, atendendo à lógica do mercado, por corolário, um processo de normalização vai sendo efetivado, através de práticas discursivas que reforçam o que é visto como tendência e apresentado como conteúdo relevante pelos enunciadores. O efeito de poder vinculado às visibilidades-enunciados midiáticos estabelece normas de conduta, de estética e como e sobre o que se deve opinar. Esse processo maquínico-procedimento enunciativo reforça, desse modo, práticas disciplinares e de exclusão.

Ora, isso faz com que no digital as coisas se apresentem como uma evidência, no sentido dado por Foucault em suas obras. Em *A História da Loucura*, o hospital funcionava como uma evidência, no sentido de que nele só se podia ver o louco de uma forma e não de outra. Deleuze (2017, p. 25) reitera que “uma formação histórica

se definirá com base em suas próprias evidências, ou seja, [com base] no seu regime de luz e em suas discursividades".

Esse jogo de poder-saber que produz as evidências no espaço do digital vai encontrar na *selfie*, nos *stories* e nas métricas de performance (*likes*, seguidores) um instrumento poderoso para a produção do sujeito disciplinado, visto que todos esses dispositivos fazem com que seguidores e usuários se submetem a uma lógica de exposição e de controle de si, mas de forma que pareça algo naturalizado, isto é, se você quer ser visto, conte o que faz e o que acontece com você. O que poderia ser uma singularidade histórica torna-se, por esse processo de evidência, uma identidade (uma máscara), em conformidade com as normas dominantes. Valendo de um exercício de poder que vigia e pune, as mídias transformam o sujeito e o seu corpo em algo tecnicamente mediado, esteticamente controlado e socialmente vigiado.

Os trabalhos reunidos neste Dossiê perseguem, a partir de um olhar discursivo, as práticas da vigilância e da punição como exercício produtivo de um poder que constitui saberes e subjetividades, especialmente no cruzamento com os dispositivos acadêmico, religioso, educacional, cultural e midiático.

Referências

- BERT, Jen-Francois. **Pensar com Michel Foucault**. São Paulo: Parábola, 2013.
- DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault**: as formações históricas. Tradução de Cláudio Medeiros e Mario A. Marino. São Paulo: n-1 edições e Editora Filosófica Politeia, 2017.
- DELEUZE, Gilles. **O que é o dispositivo?** In: DELEUZE, Gilles. O mistério de Ariana. Tradução e prefácio de Edmundo Cordeiro. Lisboa: Ed. Vega – Passagens, 1996, p, 83-96.
- FOUCAULT, Michel. **A história da loucura na idade clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: o nascimento da prisão. 20^a ed. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Áyiné, 2018.

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Notas:

*Adélli Bazza é professora adjunta, na Universidade Estadual do Paraná, vinculada ao colegiado de Letras de Campo Mourão. Possui graduação (2004), mestrado (2009) e doutorado em Letras (2016) pela Universidade Estadual de Maringá. Atua nos Estudos Discursivos Foucaultianos, com pesquisas sobre discurso, tecnologias e ensino. É pesquisadora do Grupo Interinstitucional de Estudos Discursivos Foucaultianos (GIEF-UEM), do grupo Práticas discursivas na Escola (PRÁDIS-Unespar) e integra o GT Estudos Discursivos Foucaultianos da ANPOLL. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4396-067X>. E-mail: adellibazza@hotmail.com.

**Pedro Navarro possui graduação em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (1991), especialização em Línguística Aplicada, por essa mesma instituição (1995), mestrado em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, SP (1998), doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP (2004) e pós-doutorado em Estudos da Linguagem, pela Unicamp, Campinas, SP (2011) . Atualmente, é professor associado - nível C da Universidade Estadual de Maringá e pesquisador PQ -2, do CNPq. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso de linha foucaultiana. Foi fundador e coordenador do GT - Estudos discursivos foucaultianos, na Anpoll, de 2018 a 2023 e líder do GIEF - Grupo interinstitucional de estudos foucaultianos da UEM. Atua no Programa de pós-graduação em Letras, da UEM, orientando pesquisas sobre discurso, sujeito e poder, a partir de temas como sexualidade, masculinidades, velhice e cuidado de si, incluindo as questões de gêneros sociais, em textos e em imagens que circulam em jornais impressos e eletrônicos, em mídias televisivas, nas redes sociais e em discursos filmicos. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3267-4985>. E-mail: navarro.pl@gmail.com.

***Regina Baracuhy é professora Associada Nível IV da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), vinculada ao Departamento de Língua Portuguesa e Linguística (DLPL) e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING/UFPB), onde orienta pesquisas em nível de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado. Possui Pós-Doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara, Mestrado em Língua Portuguesa e Graduação em Letras pela UFPB. Atua nos Estudos Discursivos Foucaultianos, desenvolvendo pesquisas sobre discurso, sujeito, governamentalidade, mídia digital e cartografias urbanas. Coordena o grupo interinstitucional CIDADI (Círculo de Discussões em Análise do Discurso) e integra o GT Estudos Discursivos Foucaultianos da ANPOLL. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2867-6806>. E-mail: mrbaracuhy@hotmail.com